



TERMO DE COLABORAÇÃO n.º 03/2024

O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CORRENTE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 45.318.789/0001-61, com sede administrativa na cidade de Ribeirão Corrente à Rua Prudente de Moraes, 850, neste ato representado por sua Prefeita Municipal - Sra. Ana Lourinete Costa Lôbo Montanher, brasileira, casada, portadora do RG n.º 788.762 SSP/AL e CPF n.º 543.369.534-49, residente e domiciliada na Rua Felipe Calixto n.º 1.179; doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRANCA (APAE - FRANCA)**, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob n.º 45.316.338/0001-95, com sede na cidade de Franca, neste ato representada pelo seu Presidente Paulo Henrique Ferreira, portador de RG n.º 23.100.274-9 e CPF n.º 129.387.608-92, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo, dispensando-se a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei n.º 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto n.º 8.726/2016, Lei n.º 9.394/96 e devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º 1.735 de 27 de dezembro de 2024, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1- O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRANCA, com a finalidade de promover o atendimento educacional de pessoas com Deficiência Intelectual ou Deficiência Múltipla associada a deficiência intelectual e com Transtorno do Espectro Autista, que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular, no período de janeiro à dezembro de 2025, conforme Plano de Trabalho que constitui parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

2- São compromissos da CONTRATADA, desenvolver serviços de educação especial, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho;

2.1- Contratar o corpo técnico necessário, assegurando o atendimento Educação Infantil e Ensino Fundamental I, aos alunos previstos no Plano de Trabalho;

2.2- Encaminhar à rede regular municipal os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede municipal;

2.3- Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
ESTADO DE SÃO PAULO

- 2.4- Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;
- 2.5- Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes deste termo de colaboração, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo.
- 2.6- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitadas pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, seja verbal e/ou por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;
- 2.7- Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;
- 2.8- Prestar contas, perante a Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente anualmente, de conformidade com as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- 2.9- Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Colaboração, na forma prevista na legislação do Fundeb;
- 2.10- Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;
- 2.11- Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 3- Constitui obrigações do Município:
- 3.1- Transferir os recursos constante do plano de aplicação à CONTRATADA, mensalmente de conformidade com o plano de trabalho.
- 3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:
- 3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;
- 3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;



3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;

3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

- Atrasos e irregularidades na prestação de contas.
- Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.
- Não cumprimento do Plano de Trabalho.
- Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

-Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

-Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

-Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.- O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, conforme previsto no plano de aplicação de recursos, o montante anual de R\$ 245.061,60 (duzentos e quarenta e cinco mil, sessenta e um reais e sessenta centavos), divididos em 12 (doze) parcelas, com repasse do valor mensal de R\$ 20.421,80 (vinte mil, quatrocentos e vinte e um reais e oitenta centavos), para o atendimento de até 14 (catorze) alunos do Município de Ribeirão Corrente, de conformidade com o plano de trabalho,

4.1- A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil (Banco 001), Agência 6843-8, Conta n.o 24.904-1.

CLÁUSULA QUINTA– DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.



CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:

6- O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração terá o seu prazo de vigência no período compreendido entre de 01 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, de acordo com o prazo previsto na legislação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7- O presente instrumento, pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas anualmente, conforme previsto neste instrumento e as normas do TCE/SP;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada de acordo com o Manual de Prestação de Contas do Terceiro Setor, disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES:

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10- As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias de 2025: Secretaria Municipal de Educação; 02 04 10 - Ensino Fundamental; 12 361021021500001 – Ensino Fundamental R. Próprio; 3.3.50.39-00 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS:

11- Tanto quanto possível as partes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14 e Decreto nº 8.726/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO:

12- As partes elegem o Foro da Comarca de Franca -SP, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
ESTADO DE SÃO PAULO

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Ribeirão Corrente, 26 de dezembro de 2024

ANA LOURINETE COSTA LOBO / Assinado de forma digital por ANA LOURINETE COSTA LOBO
MONTANHER:54336953449 / MONTANHER:54336953449
Data: 2024.12.26 15:31:24 -03'00'

Ana Lourinete Costa Lôbo Montanher
Prefeita Municipal



Paulo Henrique Ferreira
Presidente da APAE Franca

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

ANEXO RP-09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca.

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO N° (DE ORIGEM):

OBJETO: colaboração institucional, com a finalidade de promover o atendimento educacional de alunos com Deficiência Intelectual (DI), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Múltipla associada a DI, na Educação Infantil e/ ou Ensino Fundamental, na modalidade de Educação Especial
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R\$ 245.061,60

EXERCÍCIO (1): 2025

ADVOGADO(S)/ N° OAB / E-MAIL : (2) PAULA BORGES PEIXOTO/OAB / SP N° 391.730 – email: gabinete@ribeiraocorrente.sp.gov.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

LOCAL e DATA: 26 de dezembro de 2024

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Ana Lourinete Costa Lôbo Montanher
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 543.369.534-49

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Paulo Henrique Ferreira
Cargo: Presidente
CPF: 129.387.608-92

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Ana Lourinete Costa Lôbo Montanher
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 543.369.534-49

Assinatura: _____

ANA LOURINETE COSTA LOBO / LOURINETE COSTA LOBO
MONTANHER:54336953449 / MONTANHER:54336953449
Assinado de forma digital por ANA LOURINETE COSTA LOBO
Dados: 2024.12.26 15:57:36 -03'00'

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: Paulo Henrique Ferreira
Cargo: Presidente
CPF: 129.387.608-92

Assinatura: _____



(1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.